



MUITO ALÉM DO JOGO COMERCIAL

NOTIFICAÇÕES DE **SALMONELLA** E PRESSÃO DOS IMPORTADORES COLOCAM AVICULTURA BRASILEIRA EM ESTADO DE ALERTA. CONTUDO, ENFERMIDADE DEVE SER ENCARADA COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA E EXIGE AÇÕES CONJUNTAS ENTRE SETOR E GOVERNO

JOÃO PAULO MONTEIRO, DE CAMPINAS (SP)
joao@ciasulleditores.com.br

“**T**oda granja tem Salmonella”. Assim determina Edir Nepomuceno, professor da **Unicamp** e atualmente presidente da WPSA, a Associação Mundial de Ciências Avícolas. Uma das vozes mais respeitadas dentro da avicultura mundial, ele é categórico ao afirmar: “Deste modo, sem sombra de dúvida se trata de um problema que exige vigilância permanente. Hoje, amanhã e sempre”.

Isso porque, explica, os sorovares, unidade básica para classificação das bactérias, estão em constante variação de acordo com a época, região e importação de produtos contaminados, além do mais, o sistema de saúde brasileiro ainda não é capaz de diagnóstico preciso para uma rastreabilidade da origem da doença.

“Mesmo quando há surtos, dificilmente se chega na origem do problema. Como punir, então? Não tem como. E essa é a situação que vivemos”, completa.

Neste sentido, a professora da Universidade Tuiuti, do Paraná, Anderlise Borsoi, acredita na necessidade de um entendimento amplo da situação e também a compreensão de que as Salmonellas responsáveis por surtos em humanos são endêmicas na produção avícola. “Assim, deixamos de pensar como eliminar 100%”, sinaliza e sugere: “É preciso um projeto semelhante ao que ocorre na Europa em relação à *campylobacter*, onde um número de positividade para a bactéria foi estimado e então proposto um rebaixamento deste indicador. Devemos partir para algo

semelhante, pois não é possível eliminá-la. E estamos vendo o reflexo disso nos alertas vindos da União Europeia e no pedido de descredenciamento de produtores”.

Em relação às tais advertências da UE, o membro do corpo técnico da Facta, Paulo Raff, acredita ser este um sinal de alerta. “Comparado com números anteriores, estão bem maiores atualmente. Mas, existe a questão da mudança da amostragem. Ao invés de 10%, passou a 100%. Ou seja, o cerco está apertando para um melhor controle e identificação de positividade de Salmonellas nos produtos exportados”, informa e completa: “Isto serve de alerta ao País, no sentido de as empresas adotarem medidas e controles que venham a reduzir esses índices de contaminação nos lotes”.

“O lado positivo é que essa crescente cobrança gerou uma evolução constante da avicultura brasileira. Assim, atenta ao mercado, a Facta tem como função promover discussões para ajudar o setor a resolver seus problemas”, garante Paulo. Neste sentido, a cidade de Campinas (SP) recebeu no dia 17 de outubro diversos especialistas em Salmonella, para debater uma série de questões e atualizações acerca do tema. Conteúdos como controle da bactéria, legislação e a resistência antimicrobiana estiveram em pauta.

TRABALHO CONJUNTO. Um ponto ficou bastante claro após as apresentações e debates: cadeia produtiva e governo precisam trabalhar em conjunto. “É fundamental o prevailecimento da saúde pública, porém, a cadeia avícola deve continuar rodando, sem medo”, afirma Anderlise.

Edir explica: “É necessário uma ação forte do Estado, mas não no sentido de punição, e sim de parceria. Isto porque, tudo aquilo que implica em saúde pública e sanções de exportação, o governo deve se fazer presente e atuante. Este não é um tema apenas do produtor”.

A professora e pesquisadora justifica: “O tema é também do interesse do governo, que busca avançar neste assunto, pois, a possibilidade de perder um mercado como a União Europeia, por exemplo, mesmo que represente apenas 3% dos embarques brasileiros, porém é uma formadora de opinião, pode afetar outras relações comerciais do País.

O cenário atual no Brasil pode ser caracterizado como um “jogo de empurra”, resume Edir: “O produtor tem o problema e não fala. Desse modo, o governo não toma nenhuma medida. Com isso, não há evolução e a incidência da bactéria e, consequentemente da doença, persiste, o que não é positivo para ninguém”. A situação é tão negligenciada a ponto que, se um técnico levantar o tema, há grandes chances de ele ser demitido, inclui o presidente da WPSA.

E, como se instituiu essa situação? “Existe um temor das empresas em abordar sua real situação junto ao ministério, pois não se sabe quais podem ser as possíveis sanções”, analisa Edir e continua: “O governo deveria ter uma abertura para uma conversa franca, visto que o problema é real. Contudo, um fiscal federal pode notificar e interditar uma propriedade apenas em uma visita. Um negócio avícola parado, seja por apenas três semanas, está fadado a quebrar, pois a avicultura se trata de um processo produtivo contínuo”. Anderlise corrobora: “O ministério não tem uma noção real de quantos eventos positivos de Salmonella são encontrados a campo. E, de fato, as indústrias tem



DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA ATÉ A IN 18, **ANDERLISE BORSOI** PASSOU A LIMPO A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE SALMONELLA DURANTE O ENCONTRO

“ É NECESSÁRIA UMA AÇÃO FORTE DO ESTADO, MAS NÃO NO SENTIDO DE PUNIÇÃO, E SIM DE PARCERIA ”

EDIR NEPOMUCENO
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE CIÊNCIAS AVÍCOLAS

receio em divulgar os casos, temendo as reações e imposições do governo”.

Assim, utilizando como justificativa os recursos escassos, o governo, de certa forma, se abstém da atuação a campo neste sentido. “E esta é uma grande falha. Sendo o Brasil um país produtor de alimentos, tendo o agronegócio como principal provedor da nação, é preciso direcionar dinheiro para o setor. Não há mistério, é preciso investir no que sustenta o País”, argumenta Edir. ▶

AVES

Neste caso, Anderlise sugere às associações representantes da classe a proposição de um diálogo aberto junto ao governo, pois, como citado anteriormente, a pressão está aumentando e o problema deve ser enfrentando por todos, não apenas pela cadeia produtiva. Um dos objetivos é evitar situações já ocorridas no passado com outros países envolvendo *commodities*. “O Brasil é um grande exportador, este é um fato. E, os importadores, diante dos casos diagnosticados de Salmonella, estão criando cartas de negociação no sentido de reduzir o preço pago pelo frango brasileiro. Exatamente como ocorreu anteriormente com o petróleo”, lembra Edir.

Hoje, questões ambientais e de saúde pública são ferramentas adotadas por praticamente todos países importadores na hora de negociações com o objetivo de reduzir os valores. O Brasil não deixará de exportar, pois nenhum outro país é capaz de produzir com qualidade e com o preço brasileiro. Então, resta aos compradores pressionarem de todas as formas possíveis a produção verde e amarela. “O primeiro ponto é o bem-estar. Se o produtor não criar os animais de maneira digna, não terá acesso a mercados exigentes, ou, receberá menos pelo produto; assim como ocorre com qualquer tipo de contaminação, o exportador também receberá menos. Por preços menores um importador leva esse alimento. É uma hipocrisia que o mundo vive, um jogo comercial”, determina Edir.

Diante deste panorama, reforçado pelo episódio da Carne Fraca, quando os importadores redobram a atenção e passaram a colocar cada vez mais barreiras sob as proteínas brasileiras, cabe ao Brasil entrar no jogo e se valer de práticas semelhantes, sugere Edir: “Nós somos importadores de material genético. E, sabe-se que atualmente o problema número 1 de saúde pública nos Estados Unidos é causado pela bactéria Kentucky. Então, para importarmos esse material, precisamos de um sistema de vigilância sanitária preparado e eficaz. Precisamos ser exigentes também”.

Isto porque não se trata apenas da questão econômica ou fazer parte do dito jogo comercial. “Não podemos repetir o ocorrido com a *Salmonella Enteritidis* nos anos 1990 ou com a *Salmonella Heidelberg* em 2010”, adverte Edir. Até 1990 não existia nenhum caso de salmoneloses no País e, devido a importação de material genético comprometido, em menos de três anos todo o território nacional foi acometido pela bactéria, lembra o professor. “Sem a devida atenção das autoridades e do próprio setor, a disseminação foi muito rápida”.

Com isso, a primeira medida conjunta



“PRECISAMOS ENTENDER AS FERRAMENTAS DISPONÍVEIS E PENSAR DE FORMA AMPLA, SEM FICARMOS RESTRITOS A UM PRODUTO OU PROCEDIMENTO”, AFIRMA **ALBERTO BACK**

entre setor e Estado a ser tomada, pontua Edir, deve ser a biossegurança na entrada do material genético no País. “O sorovar Kentucky pode ser o próximo a entrar em nosso território. O que estamos fazendo em nossas fronteiras? Devemos voltar nossa atenção à vigilância sanitária, sem sombra de dúvida”.

E, dentro das granjas, ainda há muito a ser feito. Um exemplo, talvez o principal, é parar imediatamente a utilização de medicação para os animais contaminados. “Lamentavelmente esta é ainda a ferramenta mais utilizada. Erroneamente”, salienta Edir e continua: “Sem controle por parte do governo e muitas vezes sem o conhecimento do próprio proprietário da granja, técnicos indicam a utilização, a qual somente está perpetuando e agravando o problema a longo prazo”.

A vacinação é apontada como o caminho ideal a ser seguido, segundo o professor. “Se há a incidência de infecções que implicam na saúde pública e, considerando que o homem se infecta na maior parte das vezes por produtos de poedeira comercial,

o ovo, esta área da avicultura deveria ser o foco para o controle da enfermidade. Acredito, diante disso, que a vacinação deveria ser compulsória”. A dificuldade maior de convencimento dos produtores diz respeito à bactéria não impactar negativamente a produtividade dos animais. “Qual seria, portanto, o motivo de despender recursos em vacinas sendo que não há uma cobrança legal por parte do governo?”, questiona Edir.

Mesmo ainda sem uma atuação destacada do governo, é imprescindível que o sistema produtivo faça a sua parte. O médico veterinário e diretor Técnico do MercoLab, Alberto Back, opinou sobre como reduzir a contaminação na avicultura brasileira: “É complexo. Sei que o setor deve pensar na estratégia de controle de forma ampla e fazer bem o que já é sabido acerca do tema. Na realidade, não há nenhuma novidade espetacular e que fará grande diferença neste caso. Vejo que o grande problema não é a falta de conhecimento, mas implementar aquilo que já se sabe”. E, em relação à utilização de medicamentos antibióticos, ele foi claro: “O uso deve ser moderado. Utilizamos sem critério no passado e agora é fácil enxergar que não está trazendo os benefícios esperados, ou seja, chegou ao seu limite”.

Em resumo, o encontro deixou claro: é preciso fazer bem feito o que já é tido como certo em relação ao controle das salmoneloses. “Temos é que colocar em prática”, determina Paulo Raff. O membro da Facta elogiou a legislação brasileira sobre o tema, especificamente sobre a medida de registro das granjas para poderem alojar aves, classificando-a como excelente e uma forma de pressionar o setor a se adequar às medidas de biossegurança, evitando, deste modo, enfermidades que possam ameaçar o sistema produtivo. ■

MUITO JÁ SE SABE SOBRE SALMONELLA, PORÉM, ATUALIZAÇÃO CONSTANTE É FUNDAMENTAL, POR ISSO A FACTA PROPÕE A DISCUSSÃO SOBRE O TEMA, EXPLICA **PAULO RAFF**

